

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	592.975.802
Preferenciais	601.851.675
Total	1.194.827.477
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	6.174.457	6.161.832
1.01	Ativo Circulante	1.003.351	1.110.754
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.314	4.786
1.01.02	Aplicações Financeiras	389.304	552.827
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	389.304	552.827
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	389.304	552.827
1.01.03	Contas a Receber	362.786	364.980
1.01.03.01	Clientes	355.505	358.143
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.281	6.837
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	7.281	6.837
1.01.04	Estoques	129.858	131.438
1.01.06	Tributos a Recuperar	101.380	45.645
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	101.380	45.645
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.709	11.078
1.01.08.03	Outros	14.709	11.078
1.02	Ativo Não Circulante	5.171.106	5.051.078
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.320.483	1.272.975
1.02.01.04	Contas a Receber	17.239	16.265
1.02.01.04.01	Clientes	15.195	14.037
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.044	2.228
1.02.01.07	Tributos Diferidos	62.025	60.873
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.025	60.873
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.241.219	1.195.837
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	96.714	96.780
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro Municipalizado	121.771	121.771
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro de Contrato	1.000.977	948.694
1.02.01.10.06	Direito de Uso de Bens	21.757	28.592
1.02.02	Investimentos	32	32
1.02.02.01	Participações Societárias	32	32
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	32	32
1.02.03	Imobilizado	51.258	49.719
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	51.258	49.719
1.02.04	Intangível	3.799.333	3.728.352
1.02.04.01	Intangíveis	3.799.333	3.728.352
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.919.663	1.849.120
1.02.04.01.02	Ativo de Contrato	1.879.670	1.879.232

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	6.174.457	6.161.832
2.01	Passivo Circulante	957.114	924.146
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	91.117	91.092
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.341	19.459
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	75.776	71.633
2.01.02	Fornecedores	106.306	162.898
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	106.306	162.898
2.01.03	Obrigações Fiscais	119.381	55.113
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.877	52.857
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	65.208	0
2.01.03.01.02	REFIS	735	714
2.01.03.01.03	COFINS	11.969	11.705
2.01.03.01.04	COFINS Parcelamento	28.218	27.482
2.01.03.01.05	Outros	11.747	12.956
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.504	2.256
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	526.474	485.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	242.734	225.871
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	123.707	117.981
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	119.027	107.890
2.01.04.02	Debêntures	247.814	219.960
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	35.926	39.898
2.01.05	Outras Obrigações	96.353	96.515
2.01.05.02	Outros	96.353	96.515
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	90.642	91.159
2.01.05.02.07	Outros	5.711	5.356
2.01.06	Provisões	17.483	32.799
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.483	32.799
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	17.483	32.799
2.02	Passivo Não Circulante	2.488.819	2.636.843
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.212.685	2.350.297
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	941.684	1.047.026
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	389.446	417.272
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	552.238	629.754
2.02.01.02	Debêntures	1.265.853	1.296.425
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	5.148	6.846
2.02.02	Outras Obrigações	124.649	133.484
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	55.272	56.912
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	55.272	56.912
2.02.02.02	Outros	69.377	76.572
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	51.111	58.306
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.266	18.266
2.02.03	Tributos Diferidos	49.189	50.465
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49.189	50.465
2.02.04	Provisões	102.296	102.597
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	102.296	102.597

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.398	6.547
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	75.857	75.867
2.02.04.01.05	Plano Previdenciário - Déficit Atuarial	20.041	20.183
2.03	Patrimônio Líquido	2.728.524	2.600.843
2.03.01	Capital Social Realizado	1.407.315	1.407.315
2.03.03	Reservas de Reavaliação	73.823	74.302
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	73.823	74.302
2.03.04	Reservas de Lucros	1.041.719	1.041.719
2.03.04.01	Reserva Legal	68.929	78.940
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	972.790	962.779
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	130.149	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	55.092	57.081
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	20.426	20.426

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	564.945	574.236
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-266.363	-244.906
3.03	Resultado Bruto	298.582	329.330
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-111.721	-122.160
3.04.01	Despesas com Vendas	-33.290	-29.051
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-81.148	-93.369
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.251	2.001
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	466	-1.741
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	186.861	207.170
3.06	Resultado Financeiro	3.601	-8.963
3.06.01	Receitas Financeiras	23.178	18.916
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.577	-27.879
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-48.679	-59.913
3.06.02.02	Variações monetárias e cambiais (Liquidadas)	29.102	32.034
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	190.462	198.207
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.781	-66.537
3.08.01	Corrente	-65.208	-68.477
3.08.02	Diferido	2.427	1.940
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	127.681	131.670
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	127.681	131.670
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,10174	0,10895
3.99.01.02	PN	0,11191	0,11985

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	127.681	131.670
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.468	-2.533
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-3.751	-3.836
4.02.02	Baixas de investimentos	8	0
4.02.04	Realização dos Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	1.275	1.303
4.03	Resultado Abrangente do Período	125.213	129.137

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	104.017	73.880
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	177.454	177.666
6.01.01.01	Outros	184	177
6.01.01.02	Lucro do Exercício	127.681	131.670
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	47.662	43.609
6.01.01.04	Depreciação - Credito de Tributos	3.307	2.939
6.01.01.05	IR e CSLL Diferidos	-2.428	-1.941
6.01.01.06	Provisão para Contingências	-159	0
6.01.01.07	Alienação do Imobilizado	42	17
6.01.01.08	AVP Direito de Uso de Bem	1.165	1.195
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-73.437	-103.786
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	1.480	-44.923
6.01.02.02	Partes Relacionadas	-2.084	15.494
6.01.02.03	Estoques	1.580	-3.376
6.01.02.04	Depósitos dados em garantia	66	1.698
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-55.735	50.947
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e participações	25	-81
6.01.02.07	Tributos a Recolher	57.073	-38.189
6.01.02.08	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	-15.315	-22.854
6.01.02.09	Fornecedores	-56.592	-71.444
6.01.02.10	Plano Previdenciario	-142	11.518
6.01.02.11	Convênios com Prefeituras	143	143
6.01.02.12	Pagamento de dividendos e JCP	-517	0
6.01.02.20	Outros	-3.419	-2.719
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-175.815	-119.045
6.02.01	Adições no Imobilizado e Intangível	-175.815	-119.045
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-91.197	-91.078
6.03.01	Adições nos Empréstimos e Financiamentos	-5.901	-22.889
6.03.02	Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	-85.296	-68.189
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-162.995	-136.243
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	557.613	452.197
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	394.618	315.954

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.407.315	962.779	78.940	0	151.809	2.600.843
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.407.315	962.779	78.940	0	151.809	2.600.843
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.681	0	127.681
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	127.681	0	127.681
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	10.011	-10.011	2.468	-2.468	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.751	-3.751	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.275	1.275	0
5.06.04	Outros Ajustes	0	0	0	-8	8	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	-10.011	10.011	0	0
5.06.06	Reserva para Fundo de Investimentos	0	10.011	0	-10.011	0	0
5.07	Saldos Finais	1.407.315	972.790	68.929	130.149	149.341	2.728.524

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.355.289	687.000	49.576	0	166.544	2.258.409
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.355.289	687.000	49.576	0	166.544	2.258.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.670	0	131.670
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.670	0	131.670
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	2.533	-2.533	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.836	-3.836	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-1.303	1.303	0
5.07	Saldos Finais	1.355.289	687.000	49.576	134.203	164.011	2.390.079

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	614.757	620.941
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	624.055	632.780
7.01.02	Outras Receitas	2.717	260
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-12.015	-12.099
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-166.808	-157.727
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-91.604	-84.015
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.163	-69.594
7.02.04	Outros	-6.041	-4.118
7.03	Valor Adicionado Bruto	447.949	463.214
7.04	Retenções	-57.656	-53.641
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.969	-46.548
7.04.02	Outras	-6.687	-7.093
7.04.02.01	Amortização de direito de uso de bens	-6.687	-7.093
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	390.293	409.573
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.178	18.916
7.06.02	Receitas Financeiras	23.178	18.916
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	413.471	428.489
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	413.471	428.489
7.08.01	Pessoal	123.253	123.662
7.08.01.01	Remuneração Direta	86.203	78.980
7.08.01.02	Benefícios	28.040	38.728
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.504	5.954
7.08.01.04	Outros	2.506	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	142.960	145.278
7.08.02.01	Federais	142.855	145.176
7.08.02.02	Estaduais	88	89
7.08.02.03	Municipais	17	13
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.577	27.879
7.08.03.01	Juros	46.035	57.062
7.08.03.03	Outras	-26.458	-29.183
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	-29.102	-32.035
7.08.03.03.02	Outras Despesas de Financiamentos	102	33
7.08.03.03.03	Multas e acréscimos moratórios	2.542	2.819
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	127.681	131.670
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	127.681	131.670

Comentário do Desempenho



Comentários dos resultados até o 1º Trimestre 2026 em milhares de Reais

1. INTRODUÇÃO

A Companhia tem como prioridade número um, desenvolver sua missão de “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, bem estar, qualidade de vida e desenvolvimento econômico, social e sustentável”, através da prestação dos serviços em todos municípios onde opera.

Um desafio importante para a Companhia, é fazer a expansão até atingir a “universalização” dos sistemas de esgotamento sanitário a fim de cumprir os prazos estabelecidos pelos contratos com municípios e da Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

2. EVOLUÇÃO DO MERCADO E INDICADORES RELACIONADOS

Demonstramos abaixo alguns indicadores operacionais da companhia no final do 1º trimestre de 2026 e o comparativo com o mesmo período do ano anterior:

Discriminação	31/03/2026	31/03/2025	Variação	Δ%
Ligações de Água*	866.479	846.802	19.677	2,32%
Ligações de Esgoto	166.359	161.061	5.298	3,29%
Unidades Autônomas de Água	1.334.073	1.282.574	51.499	4,02%
Unidades Autônomas de Esgoto	415.113	399.842	15.271	3,82%
Volume Faturado de Água (1.000m ²)	50.397.350	50.013.182	384.168	0,77%
Volume Faturado de Esgoto (1.000m ²)	12.658.710	12.538.225	120.485	0,96%
População. Abast. c/ Água	3.051.958	2.954.739	97.219	3,29%
Índice de Abast. De Água	96,30%	95,37%	0	0,98%
População. Atendida c/Esgoto	929.577	868.328	61.249	7,05%
Índice de Abast. De Esgoto	30,92%	28,57%	0	8,21%
				-
Número de Empregados	2619	2.666	-47	1,76%
Ligações (A+E) /Empregados	393,39	382,96	10	2,72%
Desp. Pessoal/Rec. Operac. Líquida	26,09%	25,50%	0	2,33%

* não tiveram maior crescimento devido ao fim da operação no município de Concórdia.

Os números do mercado de atuação do 1º trimestre de 2026 demonstram solidez da sua operação e a continuidade dos avanços nas metas da Companhia, especialmente na ampliação



Comentário do Desempenho

do acesso aos serviços de esgotamento sanitário e no aumento da população atendida com água.

Em relação à estrutura operacional, houve ligeira redução de 1,76% no número de empregados. Mantendo índice de produtividade positivo e refletindo no aumento do indicador de ligações por empregado (2,72%).

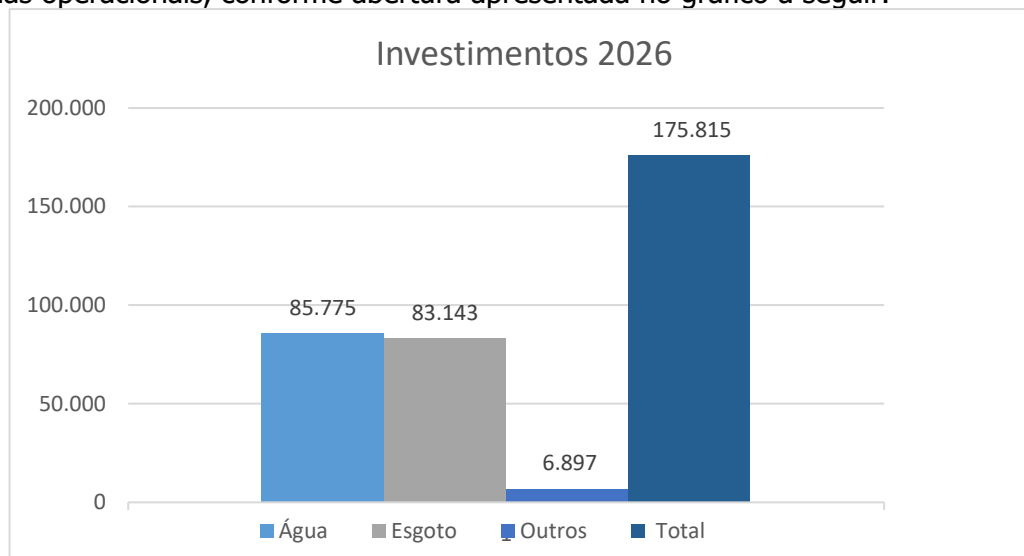
Por outro lado, o índice de despesas com pessoal em relação à receita operacional líquida registrou leve aumento, passando de 25,50% para 26,09% (variação de 2,33%), indicando pressão pontual relativa a esses custos no período, mas já reequilibrada em abril com a entrada em vigor do reajuste de 5,8% nas tarifas, aprovado pelas agências reguladoras.

De forma geral, o 1º trimestre de 2026 apresentou desempenho equilibrado, com avanços na ampliação dos serviços, crescimento do mercado atendido e ganhos de produtividade.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia segue focada na execução do seu plano de investimentos para desenvolver e expandir os serviços, em razão de seu compromisso com os municípios operados e a sua preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas direta e indiretamente no Estado, no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários.

Nesse sentido, foram aplicados até março de 2026 o montante de R\$ 175.815, destinados tanto à execução de grandes obras estruturantes quanto à realização de investimentos de menor porte, porém essenciais para a melhoria, modernização e ampliação contínua dos sistemas operacionais, conforme abertura apresentada no gráfico a seguir:



4. ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO ATÉ O TRIMESTRE

4.1. ATIVO E PASSIVO – em comparação com DFP de 2025

Ativo

No comparativo entre 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o ativo total apresentou um pequeno aumento de 0,20%, passando de R\$6.161.832 para R\$6.174.457, devido principalmente ao aumento dos Intangíveis em R\$70.543.



Comentário do Desempenho

Ativo Circulante

O Ativo Circulante apresentou uma redução relevante de 9,7%, passando de R\$1.110.754 em 31 de dezembro de 2025 para R\$1.003.351 em 31 de março de 2026.

Essa variação no Ativo Circulante está diretamente ligada a diminuição das aplicações financeiras e títulos que reduziram de R\$552.827 para R\$ 389.304. Tal redução é controlada e decorre, sobretudo, do consumo de caixa para o programa de investimentos da Companhia.

Adicionalmente, a movimentação entre os diferentes tipos de aplicação financeira reflete a estratégia da Gerência Financeira, baseada na análise de atratividade e oportunidade, visando a melhor alocação dos recursos disponíveis.

Ativo Não Circulante

Verificou-se um acréscimo de 2,4% em relação ao mês de dezembro de 2025, com o total evoluindo de R\$5.051.078 para R\$5.171.106 em março de 2026. Esse aumento deve-se, principalmente, à elevação do saldo nas contas de intangíveis e ativos de contratos (obras em andamento) decorrente do nosso elevado programa de investimentos.

Passivo

O aumento do passivo em 0,20%, passando de R\$6.161.832 para R\$6.174.457 foi devido principalmente ao aumento da conta Impostos e contribuições a recolher um aumento de 116,6% em relação ao fechamento de 2025. Maior volume de obrigações fiscais no período, impactando o nível de exigibilidades de curto prazo.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante apresentou um leve crescimento de 3,60%, passando de R\$924.146 para R\$957.114 mantendo estabilidade na sua composição.

O principal aumento ocorreu no grupo de Empréstimos e Financiamentos, que registrou acréscimo de R\$44.717. Adicionalmente, houve elevação nos Impostos e Contribuições a Recolher, devidos ao acúmulo do valor das estimativas mensais dos impostos sobre resultado.

Por outro lado, observou-se uma redução significativa no saldo de Fornecedores e Empreiteiros, com diminuição de R\$56.592, que estavam elevados ao final de 2025 pelo grande volume de investimentos medidos no fechamento do ano. O item Plano de Demissão Voluntária (PDV) também apresentou queda expressiva, decorrente da proximidade com a liquidação total das obrigações assumidas no programa.

As contas de obrigações trabalhistas e previdenciárias permaneceram praticamente estáveis, enquanto. Em linha com isso, os contratos de arrendamento mercantil registraram leve redução, refletindo a apropriação das parcelas ao longo dos contratos, conforme previsto no CPC 06 (R2).

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante apresentou redução de 5,61%, totalizando R\$2.488.819 em 31 de março de 2026, ante R\$2.636.843 em 31 de dezembro de 2025. A rubrica que mais contribuiu para essa variação foi a conta de Empréstimos e Financiamentos com redução de R\$135.914.

Comentário do Desempenho



As demais rubricas permaneceram relativamente estáveis, sem variações relevantes.

Destaca-se aqui também o fim das obrigações de longo prazo relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI), cujo os pagamentos encerram em 2026.

4.2. RESULTADO – em comparação com o mesmo período do ano anterior

Receita Operacional Líquida

No 1º trimestre de 2026, a Receita Líquida da Companhia totalizou R\$564.945, representando uma diminuição de 1,02% em relação ao mesmo período de 2025, situação esperada, considerando a redução de 4,21% nas tarifas desde dezembro de 2025, mas já com espera de retomada de crescimento em abril, com a entrada em vigor do reajuste de 5,8% nas tarifas, aprovado pelas agências reguladoras.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento da receita, em milhões de reais:

	1º ITR 2026	1º ITR 2025	Δ R\$	Δ %
Tarifas de água	478.638	485.576	-6.937	-1,43%
Tarifas de esgoto	139.155	142.316	142.316	-2,22%
Outras	6.261	4.888	-136.055	28,10%
Total Receita Bruta	624.055	632.779	-8.725	-1,38%
Deduções da receita PIS e COFINS	-59.110	-58.543	-567	0,97%
Total Receita Líquida	564.945	574.236	-9.292	-1,62%

Custos e Despesas dos Serviços Prestados

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, os custos e despesas dos Serviços Prestados apresentaram um acréscimo de apenas 3,67% (de R\$367.326 para R\$380.801, conforme detalhamento apresentado no quadro a seguir:

	1º ITR 2026	1º ITR 2025	Δ R\$	Δ %
Pessoal	147.418	146.301	1.118	0,76%
Materiais	25.643	26.215	-572	-2,18%
Serviços de Terceiros	96.927	87.247	9.680	11,10%
Gerais	44.449	44.764	-315	-0,70%
Depreciação, Amortização e Prov.	66.364	62.801	3.564	5,67%
Total	380.801	367.326	13.475	3,67%

As principais variações verificadas nos grupos foram:

Serviços de Terceiros, com crescimento de 11,10%, representando a principal variação entre os grupos, influenciada pela maior contratação de serviços especializados e apoio às atividades operacionais.



Comentário do Desempenho

Depreciação, Amortização e Provisões, com aumento de 5,67%, refletindo a ampliação da base de ativos e o reconhecimento contábil dos investimentos realizados.

Por outro lado, os grupos de Materiais e Gerais apresentaram reduções de 2,18% e 0,70%, respectivamente, indicando controle e racionalização desses gastos no período.

Resultado Financeiro

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o resultado financeiro apresentou melhora significativa, passando de um resultado negativo de R\$-8.963 para um resultado positivo de R\$3.601, representando uma variação de R\$ 12.564.

Essa evolução decorre, principalmente, da redução das despesas financeiras, que apresentaram queda de 18,75%, aliada ao aumento das receitas financeiras 22,53%.

Adicionalmente, as variações monetárias e cambiais líquidas, ainda que tenham sido muito positivas, tiveram redução de 9,15%, impactando de forma menos o resultado em relação ao período anterior.

	1º ITR 2026	1º ITR 2025	Variação	Variação %
Receitas financeiras	23.178	18.916	4.262	22,53%
Despesas financeiras	-48.679	-59.913	11.234	-18,75%
Variações monetárias e cambiais (Líquidas)	29.102	32.034	-2.932	-9,15%
Total	3.601	-8.963	12.564	-140,18%

Lucro Líquido do Exercício

No 1º ITR de 2026, a Companhia apurou um Lucro Líquido expressivo de R\$127.681, representando uma redução de 3,03% em relação ao mesmo período de 2025, quando o lucro foi de R\$131.670.

Essa variação decorre, principalmente, da redução no Resultado Operacional, que apresentou queda de 9,80% (-R\$ 20.309), dado a particularidade de redução temporária da tarifa, já mencionado anteriormente, impactando negativamente o desempenho do período.

Por outro lado, observa-se uma melhora significativa no Resultado Financeiro, que passou de um resultado negativo de R\$ -8.963 para um resultado positivo de R\$ 3.601, contribuindo positivamente para o resultado final.

Adicionalmente, os tributos sobre o lucro apresentaram redução de 5,64%, atenuando parcialmente os efeitos da queda operacional.

	1º ITR 2026	1º ITR 2025	Variação	Variação %
Resultado Operacional	186.861	207.170	-20.309	-9,80%
Resultado Financeiro	3.601	-8.963	12.564	-140,18%
Tributos sobre o Lucro	-62.781	-66.537	3.756	-5,64%
Lucro Líquido	127.681	131.670	-3.989	-3,03%



Comentário do Desempenho

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

No 1º ITR de 2026, o EBITDA da Companhia alcançou R\$244.517, uma diminuição de 4,71% em relação aos R\$260.811 registrados no 1º ITR de 2025. A margem EBITDA também apresentou um decréscimo, passando de 45,42% em março de 2025 para 43,28% em março de 2026, o que representa uma variação negativa de 4,71%.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2026, em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente uma população de quase 3 milhões de pessoas nos seus municípios atendidos, sendo 193 municípios catarinenses (66% dos municípios do estado) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros seis municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 300 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 182 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, dos quais 174 possuem as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 90,6% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios, a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratação e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios por ano de vencimento dos Contratos de prestação de serviços:

Notas Explicativas

Nº DE MUNICÍPIOS POR ANOS DE VENCIMENTOS DOS CONTRATOS			
2026 a 2030	54	2051 a 2055	3
2031 a 2035	13	2056 a 2060	2
2036 a 2040	25	2060 a 2065	2
2041 a 2045	38	Sem ou vencido	12
2046 a 2050	45		
Total de municípios =194			

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e na execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e das metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e alterada pela Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis n.º 6.404/76, n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem, ainda as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 15 de abril de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com o CPC 48/IFRS 9, conforme sua classificação em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI); ou (iii) valor justo por meio do resultado (FVTPL). A classificação considera o modelo de negócios e o teste SPPI. A Categoria "disponível para venda", foi revogada no CPC 48.
- O ativo atuarial de benefício definido (BD) é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e das perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis e as notas explicativas são apresentadas em milhares de Reais, a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis são aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

As principais políticas e práticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações foram:

3.1. Transações e posições em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.
- Recebíveis: são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A compensação de instrumentos financeiros é efetuada em conformidade com as disposições estabelecidas no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa



Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa incluem os recursos em espécie, os depósitos à vista em contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que funcionam como reserva de liquidez imediata, sem risco relevante de mudança no valor.

3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores vencidos por mais de 180 dias, representando um saldo considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas. O valor assim determinado pode ser ajustado quando excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes.

3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

3.7. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

3.8. Capital Social

- Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto nas assembleias de acionistas.
- Ações preferenciais: São classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.9. Redução ao Valor Recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são

Notas Explicativas

avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa a Companhia, devido à sua estrutura tarifária única em todos os municípios operados, pelo amparo regulatório das agências;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

Notas Explicativas

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos e mantidas estáveis do 6º ano em diante, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2025 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.10. Benefícios a Empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

É um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - Benefício de término de vínculo empregatício

É reconhecido como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso: a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária; seja provável que a oferta seja aceita; e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11. Provisões

São reconhecidas, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.12. Receita por Serviços Prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
- iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

3.13. Receita de Construção



Notas Explicativas

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula. O valor da receita de construção é apresentado na Nota explicativa nº25, porém não é incluso nas demonstrações contábeis.

3.14. Subvenção e Assistência Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

3.15. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

3.16. Impostos sobre Receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

3.17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que

Notas Explicativas

estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18. Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

3.19. Informações por Segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.20. Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se estes contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

Notas Explicativas

- i. se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- ii. qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
- iii. juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
- iv. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS			
Vencimento das Prestações	Ano 2026	Ano 2025	
2025	-	26.698	
2026	41.715	41.954	
2027	4.533	4.394	
2028	2.135	2.036	

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/ 2025	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	31/03/ 2026
Não Circulante					
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	28.592	-	-	(6.865)	21.757
PASSIVO					
	31/12/ 2025	Revisão / novos contratos	Amorti- zação.	Ajuste a valor presente	31/03/ 2026
Contratos de Arrendamento Mercantil	46.744	-	(5.670)	-	41.074
Circulante	39.898				35.926
Não Circulante	6.846				5.148

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (Fitch) em 24 de julho de 2024 realizou um upgrade no rating nacional de longo prazo da Companhia para 'BBB+ (bra)', elevando em uma única vez, três níveis (notches), o que a torna uma empresa segura para investimentos com perspectiva estável.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo



Notas Explicativas

devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

Risco de Crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de Mercado

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

Risco Financeiro

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona o pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para os acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades

Notas Explicativas

operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados à taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

Indexador		04/2026 a 03/2027	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Projeção dos Juros		476.977	536.599	417.355	596.221	357.733	715.466	238.489
CAIXA	UPR	13.801	15.526	12.076	17.251	10.351	20.702	6.901
Debêntures Simples	CDI	87.670	98.628	76.711	109.587	65.752	131.505	43.835
Debêntures Incentivada	IPCA	105.503	118.691	92.315	131.878	79.127	158.254	52.751
Banco do Brasil CCB	CDI	15.728	17.694	13.762	19.660	11.796	23.592	7.864
Banco do Brasil NC1	CDI	249.828	281.057	218.600	312.285	187.371	374.742	124.914
ABC	CDI	4.447	5.003	3.891	5.560	3.336	6.671	2.224
Indexador:	CDI	14,65	16,48	12,82	18,31	10,99	21,98	7,33
	IPCA	0,70	0,79	0,61	0,88	0,53	1,05	0,35
	UPR	23,25865	26,16598	20,35131	29,07331	17,44398	34,88797	11,62932

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Moeda 31/03/2026		+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%	
Passivo Financeiro		671.265	755.171	587.355	839.079	503.447	1.006.895	335.632
AFD	Euro	91.661	103.118	80.203	114.575	68.745	137.490	45.830
JICA	Ien	291.586	328.034	255.138	364.483	218.690	437.379	145.793
FONPLATA	Dolar	288.018	324.019	252.014	360.021	216.012	432.026	144.009
Cotação:	Euro	6,01170	6,7631625	5,2602375	7,514625	4,508775	9,01755	3,00585
	Ien	0,03281	0,03691125	0,02870875	0,0410125	0,0246075	0,049215	0,016405
	Dolar	5,21940	5,8718	4,5670	6,5243	3,9146	7,8291	2,6097



Notas Explicativas

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.698.085	2.789.282
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(5.314)	(4.786)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(389.304)	(552.827)
Dívida Líquida	2.303.467	2.231.669
Total do Patrimônio Líquido	2.728.524	2.600.843
Capital Total	5.426.609	5.390.125
Índice de Alavancagem	42%	41%
Participação de Capital Próprio	50%	48%

4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.314	4.786
Aplicações Financeiras e Títulos	389.304	552.827
Contas a Receber de clientes (Líquido de PDD)	370.700	372.180
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(2.026.820)	(2.051.638)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(671.265)	(737.644)



Notas Explicativas

Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

5.2. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que



Notas Explicativas

sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas resultantes desses processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia opera em dois segmentos: tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis para esses segmentos são as mesmas usadas nas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos são divulgados de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre outros ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado. As informações dos segmentos, usadas para decisões estratégicas e revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Receita Operacional e Resultado:

Notas Explicativas

	31/03/2026		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	484.812	139.243	624.055
Deduções da receita bruta	(45.968)	(13.142)	(59.110)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	438.844	126.101	564.945
Amortização operacional			(38.143)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(228.220)
Lucro bruto			298.582
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(114.438)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			2.717
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			186.861

	31/03/2025		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	490.439	142.340	632.779
Deduções da receita bruta	(45.467)	(13.076)	(58.543)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	444.972	129.264	574.236
Amortização operacional			(34.739)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(210.167)
Lucro bruto			329.330
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(122.420)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			260
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			207.170

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

Receita Operacional por Região:

	31/03/2026		31/03/2025	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	217.010	89.189	220.602	92.088
Sul/Serra	90.500	23.284	90.869	23.488
Oeste	97.132	18.678	99.603	18.667
Norte/Vale	80.170	8.092	79.365	8.097
Total	484.812	139.243	490.439	142.340

Receita Operacional por Município:

	31/03/2026		31/03/2025	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	114.959	66.987	120.150	70.281
Chapecó	31.002	12.561	29.949	12.123
Criciúma	32.474	13.321	33.152	13.507
Rio do Sul	12.011	485	12.379	558
São José	43.678	16.422	44.268	16.397
Outros	250.688	29.467	250.541	29.474
Total	484.812	139.243	490.439	142.340



Notas Explicativas

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, conforme tabela a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Bancos	5.314	4.786
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	5.314	4.786

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

O montante de R\$389.304 em 31 de março de 2026 (R\$552.827 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial com da Fundação Catarinense de Assistência Social - FUCAS. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage, em 2020 o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu contabilmente a perda patrimonial de R\$14.187. Em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação, quando passou a CASAN a deter uma parte do capital social da investida SM4 Indústria e Comércio de Laticínios (uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida pela CASAN). A Companhia está em tratativas e buscando opções para se desfazer dessa participação.

Em razão da perda inicial, a CASAN realizou uma auditoria internamente, sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE/SC 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários (sob o nº 19957.013002/2022-10).

Em 25 de julho de 2024 o Pleno do TCE/SC, considerou irregular a aceitação das cotas desses fundos de investimentos pela Companhia. A decisão condenou os responsáveis à época (ex-gestores da Companhia) à devolução dos R\$14.187 milhões investidos. A Companhia está acompanhando os desdobramentos desse processo por meio de sua Procuradoria Jurídica, com o objetivo de garantir que a CASAN seja devidamente ressarcida pelos prejuízos identificados.

Conforme descrito na Nota 13.3 – Outros Créditos a Receber, a Companhia obteve recuperação parcial de valores relacionados a este mesmo evento, por meio do ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença, resultando em Termo de Acordo no valor de R\$3.785 com condições de pagamento parcelado.



Notas Explicativas

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços.

Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, como parcelamentos de dívidas vincendas em mais de 12 meses, está apresentadas no ativo não circulante.

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Consumidores finais	319.046	316.102
Entidades públicas	34.393	34.420
Consumo a faturar	102.236	104.245
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(100.170)	(96.624)
Total Circulante	355.505	358.143
Não circulante		
Consumidores finais	10.615	9.237
Entidades públicas	4.580	4.800
Total Não circulante	15.195	14.037
Total Contas a Receber de Clientes	370.700	372.180

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de março de 2026, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	Total
Comercial	31.053	6.671	1.832	8.817	48.373
Industrial	5.617	1.103	352	846	7.918
Pública	17.044	6.982	4.004	21.271	49.301
Residencial	122.949	56.369	14.488	69.236	263.042
Consumo a faturar	102.236	-	-	-	102.236
	278.899	71.125	20.676	100.170	470.870
PCLD	-	-	-	(100.170)	(100.170)
Total Contas a Receber	278.899	71.125	20.676	-	370.700

As perdas reconhecidas relativas às faturas vencidas há mais de 720 dias totalizam R\$406.797 (R\$398.444 em 31 de dezembro de 2025).

9.1. Reajuste Tarifário

Em janeiro de 2026, as Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, AGIR - Agência

Notas Explicativas

Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, autorizaram o reajuste de 5,8% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que será aplicado a partir do mês de abril de 2026.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais e equipamentos são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e das atividades de suporte.

Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante, conforme segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	129.858	131.438

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, possuem seu principal montante relacionado a impostos sobre o lucro, que possuem fechamento anual.

Apresentam a seguinte composição:

	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de Renda a compensar	36.269	-
Contribuição Social a compensar	13.589	-
Impostos retidos a recuperar	34.850	29.016
Outros	16.672	16.629
Total	101.380	45.645

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas.

Esses créditos são apresentados no ativo circulante. Casos em que a realização ocorre em período superior a um ano após a data da demonstração, saem desse grupo e passam a figurar no ativo não circulante.

Apresentam a composição a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamentos a fornecedores	7.813	7.598
Convênios com prefeituras	199	198
Adiantamentos a empregados	4.148	923
Pagamentos reembolsáveis	1.196	1.197
Outros créditos	1.353	1.162
Total	14.709	11.078

Notas Explicativas

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênios de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, que possuem prestação de contas posterior à CASAN.

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que conseqüentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 31 de março de 2026, R\$1.000.977 (R\$948.694 em 31 de dezembro de 2025) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2025	Adições	Ajustes	Saldo em 31/03/2026
Ativos Financeiros de Contrato	948.694	52.402	(119)	1.000.977

13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 31 de março de 2026 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2025	Saldo Contábil 31/03/2026
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2.450
Porto Belo	7.469	934	8	-	7.469
Caçador	8.242	1.880	8	-	8.242
Concordia	100.867	12.608	8	-	100.867
Total	141.496	18.554		19.725	121.771

Notas Explicativas

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Joinville	2005	135.000
Itapoá	2007	3.469	Papanduva	2005	800
Imbituba	2014	25.037	Três Barras	2011	2.281
Massaranduba	2010	2.486	Timbó	2005	5.000
Meleiro	2009	571	Itapema	2005	4.000
Palhoça	2007	10.000	São José do Cedro	2014	3.584
Penha	2012	8.896	Lages	2005	110.000
Praia Grande	2013	1.078	Garuva	2012	475
Presidente Getúlio	2010	4.536	Gravatal	2015	8.308
São João Batista	2005	1.900	Videira	2018	9.000
Bombinhas	2017	7.100	Guabiruba	2018	3.072
Princesa	2017	191	Concórdia	2025	128.000
Caçador	2019	26.000			
Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:					606.705

13.3. Outros Créditos a receber

A Companhia proferiu com êxito o ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença. Com isso, as devedoras assinaram um Termo de Acordo no valor de R\$3.785 com a CASAN (com as seguintes condições de pagamento: 10% de entrada e o saldo remanescente dividido em 60 pagamentos mensais, sendo que da 2ª parcela em diante há a correção do saldo devedor pelo IPCA do mês anterior).

Esses valores referem-se à recuperação parcial dos investimentos mencionados na Nota 8.2 – Reconhecimento de perda em investimento.

	31/03/2026	31/12/2025
Outros Créditos a Receber	2.044	2.228

Notas Explicativas

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza da Provisão:	31/03/2026				31/12/2025
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Créditos de liquid. duvidosa	100.170	25.043	9.015	34.058	32.852
Contingências trabalhistas	6.398	1.600	576	2.176	2.226
Contingências cíveis	75.857	18.964	6.827	25.791	25.795
Contingências ambientais	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-
Total	182.425	45.607	16.418	62.025	60.873
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				62.025	60.873

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2025	Creditado /Debitado à DRE	31 de dezembro de 2025	Creditado /Debitado à DRE	31 de março de 2026
Provisão crédit. liquid. duvidosa	28.626	4.226	32.852	1.206	34.058
Provisão para contingências	28.070	(49)	28.021	(54)	27.967
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
Total	56.696	4.177	60.873	1.152	62.025

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os grupos de ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31/12/2025 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisição s/ Transf.	31/03/2026 Líquido
Sistema de Água	667.537	(24.259)	(41)	92.983	736.220
Sistema de Esgoto	1.181.583	(24.505)		26.365	1.183.443
Total	1.849.120	(48.764)	(41)	119.348	1.919.663

15.2. Ativos de Contrato

Notas Explicativas

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	31/03/2026	31/12/2025
Produção	591.475	568.189
Distribuição	94.695	93.962
Projetos e obras de operação Imediata	36.968	109.052
Total Água	723.138	771.203
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	1.093.294	1.019.787
Projetos e obras de operação Imediata	5.533	31.313
Total Esgoto	1.098.827	1.051.100
Projetos e obras administrativas	34.728	31.727
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	22.977	25.202
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	57.705	56.929
Total Ativos de Contrato	1.879.670	1.879.232

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2025	Adições	Transferências	31/03/2026
Ativos de Contrato	1.879.232	161.307	(160.869)	1.879.670

15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2025 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições /Transf.	31/03/2026 Líquido
Ativos Administrativos	49.719	(2.513)	(110)	4.162	51.258

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido em 30 de abril de 1996 pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Ativos reavaliados	193.863	198.891
Tributos sobre a reavaliação	(49.189)	(50.465)
Saldo da reavaliação	144.674	148.426

Notas Explicativas

15.4. Investimentos no período

De janeiro a março de 2026, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de **R\$175.815**.

Abaixo, destacamos as maiores obras em andamento durante o período.

Município	Sistema	Obra
São José e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
Biguaçu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água (Nova ETA Biguaçu)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Chapecó	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Chapecó (São Pedro, Unochapecó e Vila Mantelli)
Araquari e Barra do Sul	Água	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (ETA Araquari)

15.5. Depreciação e Amortização

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	31/03/2026	31/12/2025
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações junto às Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados primordialmente a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, visando ampliar a oferta de água e o esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	31/03/2026		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	95.384	(3.723)	91.661
Japan International Cooperation Agency - JICA	305.327	(13.741)	291.586
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	364.613	(76.595)	288.018
Total de Operações líquidas no exterior	765.324	(94.059)	671.265

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de março de 2026.

Em milhares de reais

Notas Explicativas

	31/03/2026		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Caixa Econômica Federal – CAIXA	239.901	(70.490)	169.411
Debêntures	2.267.448	(753.781)	1.513.667
Banco do Brasil CCB`s	154.542	(22.496)	132.046
Banco do Brasil Nota Comercial – 1ª Emissão	296.926	(122.314)	174.612
Banco ABC	53.071	(15.987)	37.084
Total Operações Líquidas no país	3.011.888	(985.068)	2.026.820
Total Empréstimos e Financiamentos	3.777.212	(1.079.127)	2.698.085

A seguir, a comparação com o ano de 2025 e 2026, pelos seus valores líquidos e os encargos incidentes sobre cada fonte de recursos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes a.a.
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	61.676	65.380	29.985	32.267	5,39%, 3,59% e 3,68%
Japan International Cooperation Agency - JICA	32.477	35.602	259.109	294.855	1,20%
Fundo Financ. Desenv. da Bacia do Prata - FONPLATA	24.874	6.908	263.144	302.632	3,59%+SOFR
Total de Operações no exterior	119.027	107.890	552.238	629.754	
Caixa Econômica Federal	15.567	15.285	153.844	156.948	8,5% + TR
Debêntures CASN13	165.778	165.788	260.874	300.378	CDI + 5,5%
Debêntures CASN23	50.325	42.059	258.751	253.812	IPCA + 10,32%
Debêntures CASN14	876	885	121.324	121.032	CDI + 2,3%
Debêntures CASN24	15.037	6.804	316.186	309.428	IPCA + 9,98%
Debêntures CASN34	8.251	3.731	156.506	152.958	IPCA + 10,65%
Debêntures CASN15	7.547	693	152.212	158.817	CDI + 1,68%
Banco ABC 25	12.811	12.891	3.125	6.250	CDI + 3,6%
Banco ABC 47	17.001	17.107	4.147	8.294	CDI + 3,15%
Banco do Brasil 25	12.615	12.638	4.166	7.292	CDI + 2,1%
Banco do Brasil 45	15.286	15.315	26.250	30.000	CDI + 2,1%
Banco do Brasil 47	11.834	11.855	-	2.938	CDI + 2,5%
Banco do Brasil 50	13.223	13.247	11.956	15.217	CDI + 2,6%
Banco do Brasil 70	17.758	17.792	18.958	23.333	CDI + 2,45%
Banco do Brasil Nota Comercial	7.612	1.851	167.000	167.000	CDI
Total de Operações no país	371.521	337.941	1.655.298	1.713.697	
Total de Empréstimos e Financiamentos	490.548	445.831	2.207.537	2.343.451	

Notas Explicativas

- a. Os contratos de empréstimos junto a AFD estão sujeitos a COVENANTS.
- b. As amortizações, do principal e dos encargos financeiros incorridos, obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	31/03/2026
Amortizações para 2026	407.618
Amortizações para 2027	454.669
Amortizações para 2028	664.292
Amortizações para 2029	325.627
Amortizações para 2030 em diante	845.879
Total	2.698.085

- c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pelas taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo: 1 EURO equivalente a R\$6,46920 em 31 de dezembro de 2025 e R\$6,0117 em 31 de março de 2026; 1 IENE equivalente a R\$0,03514 em 31 de dezembro de 2025 e R\$0,03281 em 31 de março de 2026; e 1 DÓLAR equivalente a R\$5,50240 em 31 de dezembro de 2025 e R\$5,2194 em 31 de março de 2026.

A seguir, descrição de montantes, prazos e condições de cada fonte de recursos:

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de março de 2026 o saldo devedor é de R\$ 91.661 equivalente a €14.963.

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total foi de ¥11.877.997 para as obras e de ¥2.529.198 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 31 de março de 2026 o saldo devedor é de R\$291.586 equivalente a ¥ 8.884.440.

European Investment Bank -BEI

Em 14 de dezembro de 2023, foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank (BEI), no valor de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar



Notas Explicativas

investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31 de março de 2026 não ocorreu nenhum desembolso.

FONPLATA

Em 19 de dezembro de 2024, foi celebrado contrato de financiamento entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de R\$339.267 mil (equivalente a USD 55.000 mil).

O objetivo do financiamento é contribuir para a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, com foco na ampliação da oferta de água potável e na expansão do sistema de esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A operação possui taxa de juros composta pela SOFR (Secured Overnight Financing Rate) acrescida de margem fixa de 3,59% ao ano. O desembolso integral dos recursos ocorreu em 30 de dezembro de 2024.

O contrato estabelece prazo total de 8 anos, sendo 2 anos de carência, durante os quais serão pagos apenas os encargos financeiros, e 6 anos de amortização do principal. O pagamento das parcelas semestrais tem início em 15 de setembro de 2027, com a última parcela prevista para 15 de setembro de 2032.

Em 31 de março de 2026, o saldo devedor é de R\$288.018 equivalente a US\$55.182.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31/03/2026	31/12/2025
2010 A 2012	2034 a 2036	169.411	172.233

O valor do principal e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures - 3º Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta");

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Notas Explicativas

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 31 de março de 2026 o saldo devedor das 3ª Debêntures é de R\$735.728.

Debêntures - 4º Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 27 de fevereiro de 2025 (“Aprovação Societária”), aprovou a 4ª (quarta) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até três séries, para Distribuição Pública.

O valor da emissão ficou em 125.000 mil (cento e vinte e cinco mil) referente às Debêntures da primeira série, 330.000 (trezentos e trinta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série, e um lote adicional de 170.000 (cento e setenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de terceira série, com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 9,9878% (nove inteiros, nove mil oitocentos e setenta e oito décimos de milésimo por cento) ao ano.

Remuneração das Debêntures da Terceira Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 10,6573% (dez inteiros e seis mil quinhentos e setenta e três décimos de milésimo por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão,



Notas Explicativas

vencendo em 15 de abril de 2030 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2027. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2032 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028. O vencimento final das Debêntures da Terceira Série ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2037 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028.

Em 31 de março de 2026 o saldo devedor das 4ª Emissão de Debêntures é de R\$618.180.

Debêntures – 5ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN (“Emissora”), realizada em 14 de novembro de 2025 (“Aprovação Societária”), foi aprovada a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160. O valor total da emissão é de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), correspondente à emissão de 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na data de subscrição.

Remuneração das Debêntures da Primeira Série: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de spread de 1,68% (um inteiro e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de efetivo pagamento.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização – A data de emissão das Debêntures é 18 de dezembro de 2025, sendo o vencimento final das Debêntures estabelecido ao término do prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de dezembro de 2032. A amortização do principal ocorrerá em parcelas mensais e consecutivas, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, com início em 18 de janeiro de 2027

Em 31 de março de 2026 o saldo devedor das 5ª Emissão de Debêntures é de R\$159.759.

Banco do Brasil - CCB

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 31 de março de 2026 o saldo devedor é de R\$11.834.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A



Notas Explicativas

amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 31 de março de 2026 o saldo devedor é de R\$25.179.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 31 de março de 2026 o saldo devedor é de R\$36.716.

Em 28 de junho de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$25.000 (vinte e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 15 de julho de 2027. Em 31 de março de 2026 o saldo devedor é de R\$16.781.

Em 30 de dezembro de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de janeiro de 2026 e final em 15 de dezembro de 2028. Em 31 de março de 2026 o saldo devedor é de R\$41.536.

Banco do Brasil - Notas Comerciais – 1ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 14 de novembro de 2025 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, de distribuição privada, da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN ("Emissão" e "Notas Comerciais", respectivamente), nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, e das demais disposições legais aplicáveis.

O valor total da emissão é de R\$ 167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de reais), correspondente à emissão de 167.000 (cento e sessenta e sete mil) Notas Comerciais Escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Início da Rentabilidade.

Remuneração das Notas Comerciais – Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de efetivo pagamento, não havendo atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização – O vencimento final das Notas Comerciais ocorrerá ao término do prazo de vigência estabelecido no Termo de Emissão, vencendo em 19 de novembro de 2033, com pagamento de principal e juros realizados de forma semestral, conforme cronograma previsto contratualmente.



Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026 o saldo devedor é de R\$174.612.

Banco ABC

Em 24 de Maio de 2022, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com remuneração de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 27 de junho de 2024 foi formalizado um aditivo contratual prorrogando o pagamento da amortização e ajustando a taxa de juros para 3,40% ao ano. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 31 de março de 2026 o saldo devedor é de R\$21.148.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (vinte e cinco milhões de reais), com remuneração de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 29 de setembro de 2023 foi formalizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros. Em 27 de junho de 2024 foi realizado o 2º aditivo contratual prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,40%. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 31 de março de 2026 o saldo devedor é de R\$15.936.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante:		
Provisão para férias e 13º salário	54.826	50.361
INSS	9.380	9.456
FGTS	2.224	2.163
IR s/folha de pagamento	7.075	11.082
Consignações	147	190
Salários	16.000	16.390
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	764	743
Outros	701	707
Total Circulante	91.117	91.092
Não Circulante:		
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	11.201	11.343
Passivo atuarial Plano Previdência Complementar	8.840	8.840
Total Não Circulante	20.041	20.183

17.1. Plano Previdenciário CASANPREV



Notas Explicativas

Aprovado em 6 de agosto de 2008, é oferecido aos funcionários da Companhia, que patrocina o plano de previdência privada operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

O plano estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido, não está mais aberto para novas adesões.

Em 31 de março de 2026 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial desse Plano BD, o montante de R\$8.840 (R\$8.840 em 31 de dezembro de 2025).

Desde dezembro de 2025 um novo plano CD "Futuro Melhor" está disponível para adesões e migrações. Esse novo plano foi desenvolvido para atender a um novo contexto previdenciário, marcado por maior longevidade, mudanças nas relações de trabalho e necessidade de modelos mais flexíveis e sustentáveis, sem risco de déficit atuarial, mantendo a paridade de contribuições da patrocinadora, ampliando a liberdade de escolha quanto a contribuições, beneficiários e forma de recebimento dos benefícios.

Para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada a empresa Mirador Assessoria Atuarial, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2026:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	31/12/2026
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(2.618)
1 Custo do serviço corrente bruto	33.965
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(33.645)
Custo líquido dos juros	317
Custo do benefício pós-emprego no período	(1.981)

17.2. Equacionamento Déficit Atuarial CASANPREV

Em 28 de março de 2024, o Conselho de Administração, em sua 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV, referente ao Exercício de 2022. O déficit totaliza R\$24.775, conforme as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Nos termos da Lei Complementar nº 109/2001 e da Resolução CNPC nº 30/2018, o equacionamento do déficit será realizado de forma paritária entre a Patrocinadora (CASAN), os participantes e os assistidos do plano CASANPREV. A Companhia será responsável pelo montante de R\$12.234, a ser pago em parcelas mensais, com vencimento inicial em abril de 2024, ao longo de um período de 18 anos. O valor nominal da primeira parcela é de R\$92.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui contabilizado o montante total de R\$11.965, sob o título de Equacionamento do Déficit Atuarial – CASANPREV. A amortização das parcelas segue o método da Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86%. As parcelas são atualizadas mensalmente, a partir da data-base, conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) ou outro índice adotado no Plano CASANPREV.

Notas Explicativas

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante:		
REFIS	735	714
COFINS	11.969	11.705
COFINS PARCELAMENTO	28.218	27.482
PIS	2.582	2.522
PIS PARCELAMENTO	6.104	5.945
Imposto de Renda - retenções	193	354
Imposto de Renda sobre lucro real	47.218	-
PIS/COFINS/CSLL - retenções	701	1.075
INSS de terceiros	2.167	3.060
Contribuição social sobre lucro real	17.990	-
Outros	1.504	2.256
Total circulante	119.381	55.113
Não circulante:		
REFIS	1.924	2.049
COFINS PARCELAMENTO	40.439	46.252
PIS PARCELAMENTO	8.748	10.005
Total não circulante	51.111	58.306

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento de março a dezembro de 2023, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011.

Em 2025 a Companhia optou pelo Parcelamento Convencional da PGFN – Débitos Previdenciários, modalidade 0014 - Parcelamento sem garantia - Pessoa Jurídica - Dívida Previdenciária - até 15 milhões de reais. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 21 de fevereiro de 2025.

Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Saldo anterior	714	149	2.049	468
Transferências	125	405	(125)	(405)
Consolidação	-	497	-	1.986
Atualizações (TJLP)	78	299	-	-
Amortizações	(182)	(636)	-	-
Total	735	714	1.924	2.049

Notas Explicativas

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$49.189 em 31 de março de 2026 (R\$50.465 em 31 de dezembro de 2025), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são constituídas com base na avaliação da Administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, sendo registradas em montante considerado suficiente para fazer face às perdas classificadas como prováveis em processos judiciais.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, sendo provável a saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para a liquidação da obrigação e quando o valor dessa obrigação pode ser estimado de forma confiável.

	31/03/2026	31/12/2025
Provisão contingências cíveis	75.857	75.867
Provisão contingências trabalhistas	6.398	6.547
Total Provisões	82.255	82.414
Total Depósitos dados em garantia	(96.714)	(96.780)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(14.459)	(14.366)

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados como perdas possíveis ou remotas.

As ações judiciais com grau de risco classificado como possível, pela área jurídica da Companhia, fecharam em R\$459.823 (R\$439.201 em 31 de dezembro de 2025).

20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem trânsito em julgado.

20.2. Contingências trabalhistas

Notas Explicativas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

21. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA INCENTIVADA – PDVI 2017

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações, com as últimas prestações sendo quitadas ao longo de 2026.

	31/03/2026	31/12/2025
PDVI 2017 – Passivo Circulante	17.483	32.799
Total PDVI	17.483	32.799

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participava de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e a acionista CELESC.

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Gov. do Estado - SC (Precatórios) ¹	-	-	55.272	56.912	-	-	-	-
Sec. do Estado da Fazenda-SEFAZ	7.239	6.783	-	-	13.654	12.359	-	-
Celesc	42	54			159	-	38.149	32.821
Total	7.281	6.837	55.272	56.912	13.813	12.359	38.149	32.821

¹ A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o período de maio de 2025 a abril de 2026 foi aprovada pela 55ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de abril de 2025, no montante global de até R\$5.315. Em 2024 a aprovação se deu pela 54ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, no montante de até R\$4.827 para o período de maio de 2024 a abril de 2025.

Abaixo, apresentamos o quadro do acumulado no ano com remuneração dos administradores:



Notas Explicativas

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Salário ou Pró-labore	801	619
Benefícios diretos e indiretos	276	307
Representações	42	38
Diárias	14	14
Total	1.133	978

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 31 de março de 2026 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

Em março de 2026, o capital social da Companhia subscrito e integralizado totalizou R\$1.407.315, representado por 1.194.827.477 ações, das quais 592.975.802 são ações ordinárias e 601.851.675 são ações preferenciais.

O capital social é composto por ações nominativas e sem valor nominal, sendo as ações ordinárias dotadas de direito a voto e as ações preferenciais dotadas de prioridade no reembolso do capital e no recebimento de dividendos não cumulativos.

Nos termos da legislação societária e do Estatuto Social, as ações garantem dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido, proporcionalmente à quantidade de ações detidas. As ações preferenciais conferem, ainda, o direito ao recebimento de dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

A composição acionária apresenta-se conforme discriminado a seguir:

Acionistas	31/03/2026			%
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Governo do Estado de Santa Catarina	536.198.707	545.021.963	1.081.220.670	90,49%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,50%
Demais Acionistas	63.844	51.534	115.378	0,01%
Total de ações	592.975.802	601.851.675	1.194.827.477	100%



Notas Explicativas

Acionistas	31/12/2025			%
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Governo do Estado de Santa Catarina	536.198.707	545.021.963	1.081.220.670	90,49%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,50%
Demais Acionistas	63.844	51.534	115.378	0,01%
Total de ações	592.975.802	601.851.675	1.194.827.477	100%

24.2. Reserva de Lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social

Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 79º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

Em março houve um ajuste contábil para corrigir a classificação do montante de R\$10.010, dentro da Reserva de Lucros. Saindo da Reserva Legal, para Reserva para Plano de Investimentos, conforme proposto pela Administração, sem qualquer outro impacto nas demonstrações financeiras.

24.3. Resultado por Ação

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	127.681	131.670
Quantidade total de ações	1.194.827.477	1.150.656.560
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,10686	0,11443

24.4. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Em 31 de março de 2026, a Companhia tem registrado como ganhos em outros resultados abrangentes o montante de R\$20.426 (R\$20.426 em 31 de dezembro de 2025).

Os referidos ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Dessa forma, a variação no saldo de



Notas Explicativas

Outros Resultados Abrangentes reflete o impacto dos ajustes atuariais sobre as obrigações da Companhia em relação aos seus planos de benefícios, contribuindo para uma melhor transparência e entendimento dos efeitos financeiros decorrentes da avaliação atuarial.

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no primeiro trimestre de 2026 e 2025 estão apresentadas abaixo:

	31/03/2026	31/03/2025
Tarifas de água	478.638	485.575
Tarifas de esgoto	139.156	142.316
Outras receitas de serviços de água	6.173	4.864
Outras receitas de serviços de esgoto	88	24
Total do faturamento	624.055	632.779
Impostos sobre vendas e outras deduções	(59.110)	(58.543)
Total receita líquida	564.945	574.236

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas, com margem nula, e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 31 de março de 2026, no montante de R\$161.307 (R\$111.262 em 31 de março de 2025).

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31/03/2026	31/12/2025
Salários e encargos*	147.418	146.300
Materiais	25.643	26.215
Serviços de terceiros	96.927	87.247
Gerais e tributárias	13.057	19.570
Depreciações, amortizações e provisões	47.663	43.609
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	12.015	12.099
Recomposição de pavimentação	6.228	3.659
Fundos para programas municipais	25.163	21.534
Amortização direito de uso de bem	6.687	7.093
Total	380.801	367.326

*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.



Notas Explicativas

27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	31/03/2026	31/03/2025
Salários	55.201	50.937
Férias, Abono e 13º Salário	15.901	14.671
Custos previdenciários	25.542	36.348
FGTS	6.504	5.954
Programa de alimentação	13.818	12.780
Programa de saúde	14.026	13.241
Gratificações e cargos comissionados	11.063	10.169
PDVI – Demissão voluntária incentivada	2.506	-
Outros benefícios	2.857	2.201
Total	147.418	146.301
Número de empregados	2.619	2.648

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia está apresentado abaixo:

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	662	456
Juros ativos	1.153	3.309
Rendimento de aplicações financeiras	15.075	10.234
Acréscimos por inadimplências contratuais	6.288	4.917
Total Receitas Financeiras	23.178	18.916
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(45.368)	(56.031)
Multas e juros*	(2.542)	(2.819)
Outras	(769)	(1.063)
Total Despesas Financeiras	(48.679)	(59.913)
Variações monetárias e cambiais (Líquidas)	29.102	32.034
Resultado Financeiro Líquido	3.601	(8.963)

*Valores de multas e juros referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas são compostas substancialmente por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	31/03/2026	31/03/2025
Outras receitas operacionais		
Indenizações e ressarcimento de despesas	40	379
Comissão prestação de serviços/convênios	318	263
Reversão causas trabalhistas	138	113
Reversão causas cíveis	10	-
Contribuições e doações	825	567
Outras	920	679
Total Outras Receitas Operacionais	2.251	2.001
Outras despesas operacionais		
Provisões causas cíveis	(1)	-
Fiscais e tributárias	(77)	(1.720)
Total Outras Despesas Operacionais	(78)	(1.720)
Outras Receitas e Despesas "Não Operacionais"		
Vendas de bens do imobilizado	595	-
Baixa de imobilizado	(51)	(21)
Total Outras Receitas e Despesas Não Operacionais	544	(21)
Outras Receitas (Despesas) Oper. Líquidas	2.717	260

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de março de 2026, a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.125. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados.

A Companhia aluga 571 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

31. CONCESSÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

A Companhia participou do processo licitatório do município, para permanecer com a concessão, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e apesar de ter ficado em segundo lugar no processo, a CASAN segue atuando perante o referido Município, Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, no sentido de manter a operação do sistema e resguardar os seus direitos em observância aos princípios e dispositivos regulatórios e legais.



32. CONTRATO DE CONCESSÃO CHAPECÓ

Em razão do anúncio realizado pela Prefeitura de Chapecó em 05 de fevereiro de 2026, acerca do rompimento do Contrato de Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário com a Companhia (Decreto Municipal nº 51.470/2026, que declara a caducidade do referido contrato).

Através da Procuradoria Jurídica da Companhia, na adoção das medidas judiciais cabíveis e demais providências administrativas pertinente, a CASAN informa que obteve decisão favorável junto à 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que determinou a suspensão imediata dos efeitos do referido Decreto Municipal nº 51.470/2026, anulando, assim, os efeitos da declaração de caducidade do contrato de concessão anunciada pela Prefeitura de Chapecó.

A decisão judicial também estabelece que o Município deve se abster de qualquer ato que vise a retomada dos serviços, transferência de titularidade ou intervenção na gestão da Concessionária.

Dessa forma, a CASAN reforça que permanece executando regularmente a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Chapecó, mantendo a continuidade operacional, bem como a realização dos investimentos, obras e melhorias previstas, reafirmando seu compromisso com o saneamento básico e a qualidade de vida da população.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Reforma Tributária

A Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, que instituíram a reforma do sistema tributário sobre o consumo no Brasil. A referida emenda prevê a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como PIS, COFINS, ICMS e ISS, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios. A reforma também institui o Imposto Seletivo (IS), incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O novo modelo tributário prevê um período de transição, com início da implementação previsto para 2026 e conclusão em 2033, quando o novo sistema passará a vigorar integralmente.

Considerando que o processo de regulamentação da reforma tributária ainda está em andamento e que diversos aspectos relevantes dependem de regulamentações adicionais e definições de alíquotas, a Administração da Companhia encontra-se avaliando os potenciais impactos da nova legislação em suas operações, processos e demonstrações financeiras. Com o objetivo de assegurar a conformidade da Companhia com o novo regime tributário a partir de 2026, foram iniciadas adequações em sistemas e cadastros, revisões de processos operacionais e contratuais, bem como treinamentos de colaboradores quanto aos potenciais impactos da nova legislação nas operações da Companhia.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar eventuais efeitos decorrentes da implementação da reforma tributária.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração das informações trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individual, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Barueri, 12 de maio de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S 2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Jucléia Gonçalves Rodrigues Contadora 1 CRC RS T SP 78.349/O-1 Diretora Responsável Técnica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026.

Florianópolis, 12 de maio de 2026.

Pedro Joel Horstmann
Diretor-Presidente e Diretor de Operação e Expansão

Carlos Ivan Sturzbecher
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva
Diretor Comercial

Rosane Vettori
Diretora Administrativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras do exercício social encerrado em 31 de março de 2026.

Florianópolis, 12 de maio de 2026.

Pedro Joel Horstmann
Diretor-Presidente e Diretor de Operação e Expansão

Carlos Ivan Sturzbecher
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva
Diretor Comercial

Rosane Vettori
Diretora Administrativa